

“Um outro mundo

Ele é de família polonesa, mas nasceu na França. Aos 10 anos chegou ao Brasil. Já viveu e trabalhou na África e na América Central. Com um coração tão vigoroso quanto sua mente, por amor a uma mulher virou agricultor em Israel e mais tarde tornou-se genro do educador Paulo Freire. Na Europa, formou-se em economia, para onde voltou após enfrentar prisão e tortura no Brasil durante a ditadura. Falando sete idiomas,

Ladislau Dowbor traz para sua produção acadêmica o esforço de integração de linguagens diferentes que, para ele, devem se comunicar para que cidadãos, empresas, governos e ONGs passem a atuar de forma mais articulada. Focado atualmente no desenvolvimento de sistemas descentralizados de gestão, Ladislau pesquisa formas de envolver diversas instâncias da sociedade rumo a um novo modelo de sustentabilidade.

E para medir o sucesso da iniciativa, sugere que a felicidade seja computada nas estatísticas. Autor e co-autor de cerca de 40 livros, é professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração. Em seu artigo “Crise e oportunidades: uma agenda de mudanças estruturais”, fala de uma visão “já não apenas de um outro mundo possível, mas criticamente necessário”. Em sua casa no bairro da Lapa, em São Paulo, com direito a quintal, horta e canto de pássaros, Ladislau recebeu a revista

Inovação em Pauta para contar que outro mundo seria esse.

possível”

Fotos : Paula Ferreira



Texto e fotos de Paula Ferreira

Inovação em Pauta – Quando se trabalha de forma descentralizada há o desafio da articulação. Como fazer com que todos colaborem de forma consistente?

Ladislau Dowbor – É preciso saber quem faz, como financia, que capacitação é necessária, qual sistema de comunicação funciona. Trabalhamos um ano e meio com mais de 400 pessoas no País todo vendo como se dinamiza a economia pela base, porque as grandes empresas têm outra lógica. Aqui estamos falando da lógica do Milton Santos, do circuito inferior da economia (aquele formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres e com relações privilegiadas com sua região). Há casos interessantes. Em Santa Catarina, por exemplo, dividiram os 293 municípios em 30 regiões, e cada uma criou um conselho regional de desenvolvimento com 10 prefeitos, 10 presidentes de Câmara e 20 representantes da sociedade civil. Associaram a sociedade civil ao processo decisório de gestão de recursos de cada território e mudaram a lei financeira do estado para assegurar que o dinheiro vá para as regiões, e não só por setores. A secretaria de planejamento disponibilizou a cada conselho uma equipe técnica que transforma as boas intenções em projetos financiados, cuja gestão é confiada a um consórcio dos municípios interessados, com um representante de cada. Mudou o processo decisório político, o financiamento e criou-se uma capacidade técnica e de gestão dos consórcios. O que é isso? É uma outra arquitetura organizacional. É uma mudança de eixo, que considera que a economia estar bem não é só as empresa andarem bem, mas sim o território se desenvolver de maneira integrada e equilibrada.

IP – Como o Sr. vê o papel das tecnologias sociais?

LD – A meu ver há uma grande fragilidade das políticas tecnológicas do Brasil, onde continuamos mais preocupados em ver quantas patentes são registradas no exterior do que em acompanhar a democratização do acesso ao conhecimento tecnológico. O MCT tem a democratização como um dos seus eixos. O acesso às tecnologias é um dos pontos que trabalho. Ele é vital, porque não é que tenhamos atividades de ponta que exijam tecnologia e outras não. Tudo hoje tem que ser melhorado em termos tecnológicos, desde o uso inteligente da água até o desenvolvimento de sementes. Como exemplo uso o governo da Índia, que desenvolveu um programa com 600 mil núcleos de fomento tecnológico em todo o país. Formaram 1,2 milhão de pessoas. Toda vila recebe um casal encarregado exclusivamente de fomento tecnológico. Essa gente fica online e qualquer iniciativa que dê certo circula.

“O recurso escasso aqui não é dinheiro, é capacidade organizacional”

Ou seja, você gera capilaridade de acesso à tecnologia.

IP – Cada núcleo trabalha a otimização dos saberes locais...

LD – Sim, não é um consultor que aparece, é um núcleo permanente que se insere nas dinâmicas locais e que é diariamente alimentado via internet dizendo o que está dando certo e onde. Aqui, temos um conjunto de municípios em regiões muito pobres ou isoladas, e o que mais dinamizaria seria o acesso em banda larga. Não estamos falando de sonhos. O acesso banda larga telefônico no Quênia, por exemplo, é utilizado por oito milhões de pessoas do andar de baixo da economia. São pequenos agricultores que fazem pesquisa de preço, compra e venda por telefone. A internet está ligada a um sistema de crédito fora da máquina bancária tradicional. Aqui, temos a favela de Antares, no Rio, que generalizou o acesso banda larga e já está prestando serviços de informática para empresas. Uma favela que levantou voo. Esse é um eixo: como gerar oportunidades? Temos o programa Territórios da Cidadania, que está com mais de R\$ 20 bilhões e cria comitês locais de gestão do desenvolvimento para trazer os sistemas articulados de apoio técnico, financeiro, organizacional e de diversos tipos. O grande problema não é de oferta, é de demanda organizada.

IP – E como lidar com essa demanda desorganizada?

LD – Trabalhei muitos anos na África, em regiões das mais difíceis, e quem fez isso sabe que projeto por paraquedas não funciona. Você tem que trabalhar pela demanda da comunidade, mas no Brasil ela é desarticulada e sofreu todo tipo de fragmentação. Podemos mudar a taxa de juros em uma reunião no Copom, já este tipo de desenvolvimento não se faz na marra, é mudança de cultura.

IP – O Brasil tem melhorado?

LD – O mundo todo está olhando para o Brasil não é porque o Lula fala bonitinho. É porque esses dois terços de pessoas excluídas que temos, pela primeira vez, estão sendo incluídas de maneira acelerada, com um conjunto de programas diversificados que estão dando certo. E o modelo se viabilizou em



“O que move a inovação
é o gosto de inovar.

Pasteur não inventou
vacina por grana”

são custos. Esse é um raciocínio errado. Outro elemento importante a se repensar é que o empresário acha, e a mídia repete, que se aumentar o salário, ele vai poder empregar menos pessoas. É o contrário. Quando se aumentam os salários na generalidade da indústria, aumenta a demanda, abre-se mais mercado, há ganhos de escala. É preciso essa compreensão de que o aumento da capacidade aquisitiva da base da sociedade pode ser um custo imediato para a empresa, mas no conjunto gera prosperidade para todos.

IP – Qual o tamanho ideal do Estado?

LD – Se olharmos as estatísticas do FMI, há uma correlação rigorosa entre o nível de desenvolvimento e o tamanho do Estado. Nos países de miséria crônica, o Governo tipicamente representa 8% a 10% do PIB. Economias médias, como a brasileira, estão com 35%. Os EUA estão na faixa dos 40%. Na Europa ocidental, que em termos de qualidade de vida é muito superior aos EUA, a média é 50%, sendo que os países mais bem administrados estão na faixa dos 65%.

termos políticos. Se fizéssemos uma política a favor do pobre e contra o rico, o rico simplesmente não ia permitir. Mas se constatou uma coisa muito interessante: que dinamizar o andar de baixo da economia dinamiza ela toda.

IP – E a recíproca não é verdadeira...

LD – E isso muda o foco geral. Amartya Sen (economista indiano) já está cansado de dizer que quanto mais se investe em saúde, educação, distribuição de renda, isso é que dinamiza a economia, e não concentrar a renda, que vai se transformar cada vez mais em aplicações financeiras de utilidade dúbia. A mudança de modelo desloca o raciocínio. O empresário pensa que ele é o setor produtivo, paga seus impostos e com isso o governo pode financiar o social, então ele é a produção e os outros

IP – Em termos de atividades, o que o Sr. acha que deveria ficar na mão do Estado?

LD – Quando pensamos o que está com o Estado e o que está com a iniciativa privada, somos lineares demais. Podemos ter um hospital privado em termos de propriedade, que é confiado a uma cooperativa de médicos em termos de gestão, que em termos de regulação está submetido a um conselho municipal de saúde e em termos de marco regulatório está submetido ao ministério da saúde. A propriedade, a gestão, a regulação e o controle são quatro níveis que podem ser misturados. Precisamos ter menos ideologia e mais pragmatismo para ver as coisas que funcionam. Tipicamente, a área produtiva de bens físicos fica no mercado, a de grandes infraestruturas é necessariamente do Estado ou com fortís-

simo controle estatal, depois há o sistema de intermediação financeira, comercial e jurídica, que precisa de sistemas mistos. Se os bancos ficam só no sistema privado, como nos EUA, você está mal. Quem salvou o negócio no Brasil foi o sistema público. E há ainda os investimentos no ser humano que funcionam de maneira pública com forte participação das organizações da sociedade civil. Devemos ter o bom senso de que, numa sociedade complexa e diferenciada, precisamos de mecanismos muito mais flexíveis e inteligentes de gestão.

IP – Em termos de medição do desenvolvimento, o Sr. propõe o FIB – Felicidade Interna Bruta no lugar do PIB. Por quê?

LD – O FIB inclui o PIB. O conceito de Felicidade Interna Bruta surge da constatação de que o PIB não mede o que interessa à sociedade. Nos orientando por ele, vamos para o lugar errado. Basicamente o que mais pesa é que o PIB não calcula a redução de estoques. Quem está liquidando suas reservas de petróleo, diz: “Nosso PIB está aumentando”. Eu posso vender todos os móveis da casa e dizer para minha mulher que estamos bem? O FIB surgiu de maneira aplicável no Butão, em que se montou um sistema de avaliação da população por meio de uma pesquisa sobre quais eram as coisas mais importantes para eles. Além da renda, apareceu ter tempo livre e mais um conjunto de elementos que foram articulados em nove áreas. Isso não se transformou apenas em um relatório, mas sim em obrigação do ministério do planejamento de lá de definir as prioridades de investimento em função das prioridades da população. Entra meio ambiente, tempo, saúde, educação, segurança e, no caso deles, até o tempo para meditação. Mas o FIB é apenas uma das propostas. Tem a metodologia Calvert-Henderson, aplicada nos EUA, com 12 áreas. Tem o Banco Mundial, que desenvolveu o Genuine Progress Indicator (GPI), o The New Economics Foundation (NEF) de Londres que desenvolveu o Happy Planet Index. Ainda há novos indicadores a construir.

IP – O IDH é uma boa medida?

LD – O IDH foi o primeiro que abriu a porteira antes do FIB. Amartya Sen e vários outros disseram que não dava para fazer como o Banco Mundial e dizer que um país está bem porque o PIB está de tal tamanho, porque se o pessoal não tem acesso a saúde e a educação, este país está indo para o brejo. Basicamente você tem que equilibrar os indicadores ambientais, sociais, econômicos e de governança como grandes pilas em torno das quais se agrupa o resto. Mas há um elemento essencial que é a desagregação das informações. Se digo que o Brasil tem 9% de analfabetismo, para fazer alguma coisa, preciso saber em que bairro estão e quem são, porque

“Dinamizar o andar de baixo da economia dinamiza ela toda”

são pessoas concretas, que você tem que localizar para fazer os programas. O nível local é onde as informações se transformam em iniciativas de apropriação da transformação.

IP – É no nível local que o desenvolvimento acontece?

LD – Nunca é só lá, mas no Brasil este é o nível subutilizado em termos de capacidade de gestão e de dinamização das atividades. O importante é ter uma cidadania informada, que entenda dos problemas do seu entorno e portanto possa exercer pressão no sentido construtivo.

IP – Ranking de patentes é uma boa medida de desenvolvimento científico?

LD – O MIT, que é o principal centro de pesquisa norte-americano, atualmente disponibiliza a totalidade da produção de seus professores gratuitamente online. Eles calculam que nesses últimos anos em que liberaram o acesso, tiveram 50 milhões de downloads de textos científicos. Imagina a contribuição que isso significou para o planeta. O sistema de patentes é uma coisa do século passado. Quando evoluímos para a sociedade do conhecimento e temos um ritmo de transformações tecnológicas extremamente acelerado, travar uma ideia por 20 anos porque você é o dono da patente é surrealista. A visão das patentes e da propriedade intelectual é da era fabril. Nos EUA um professor foi processado porque tirou 15 cópias de um artigo dele mesmo publicado na revista da universidade para trabalhar com seus alunos. Este é o nível de debilidade que as coisas atingem.

IP – E o ranking da publicação de artigos?

LD – Lá em Harvard tinha um crucifixo em uma sala de aula e alguém colocou um papelzinho embaixo do Cristo: “Um grande mestre, mas não publicou nada”. Relevância científica medida por quantidade é um problema evidente. Eu diria que as regras do jogo da economia do conhecimento ainda





estão em discussão. Meu artigo “Da propriedade intelectual à sociedade do conhecimento” é uma sistematização das propostas que estão na mesa para essas novas regras. O juiz do professor que fez as cópias do próprio artigo disse que isso era a mesma coisa que ele roubar da livraria 15 revistas, porque pensa na ciência como produto físico e identifica o produto do cientista com o suporte material, em vez de pensar na construção das ideias.

IP – Sempre se fala na questão da remuneração de quem gera o conhecimento, quando o acesso é liberado.

LD – Isso é solucionável pelo que a gente chama de deslocamento da incidência da remuneração. Exemplo da IBM. Ela vendia computadores. Hardware parou de dar lucro. Evoluíram para vender softwares. Hoje todos fazem download gratuito ou simplesmente usam o que está online sem nem baixar. A IBM não tentou impedir que as pessoas tivessem acesso gratuito, evoluiu para prestar serviços técnicos de arquitetura de informação, ajudando as empresas a usarem aquelas ferramentas. Você desloca o ponto de remuneração, em vez de tentar impedir o acesso. Dei uma palestra esta

“A opção mais inteligente para um país hoje é saber o que regular e de que maneira”

semana e me pagaram, sem eu nem pedir. Por que me convidaram? Porque leram no meu site uma nota técnica sobre o FIB e queriam que eu falasse disso. Não preciso cobrar pelo meu artigo. Meus livros continuam vendendo igual enquanto do meu site saem diariamente 900 downloads gratuitos de textos, em média. Isso são nove mil em 10 dias, e não é só Brasil. É a comunidade latina nos EUA, Moçambique, Angola e por aí vai. Quando é que alguém leria meus livros lá de outra forma?

IP – E a inovação como motor da economia? O que incentiva a inovação?

LD – O que move a inovação é o gosto de inovar. Pasteur não inventou vacina por grana. Os inovadores trabalham por paixão, só que nas empresas a decisão sobre o uso da inovação não está na mão deles, mas sim na área financeira e de marketing. O pessoal nas empresas faz coisas técnicas fantásticas, só que a apropriação disso por gente focada nos acionistas mata o processo. Isso faz com que, por exemplo, inovações significativas na área farmacêutica terminem sendo inacessíveis, porque vale mais vender para alguns poucos de grande dinheiro do que generalizar o acesso. Não trabalham na linha da utilidade pública, mas sim em termos de maximização de lucro. Isso emperra o uso inteligente da inovação.

IP – Qual o eixo principal de suas atividades hoje?

LD – Sou um pesquisador de inovações de gestão social, entendida no sentido amplo de como a sociedade se administra. Estudo mecanismos de planejamento, mudanças do papel do mercado e sistemas participativos comunitários, de articulação interempresarial e de concertação internacional (acordos entre países). O eixo unificador é um conceito que chamo de articulação de mecanismos de regulação. Acabou o tempo em que a esquerda acha que bom é planejamento e a direita acha que é mercado. Os dois são necessários e os dois são insuficientes.

IP – Por quê?

LD – Porque precisamos de mecanismos de articulação interempresarial. Quando se trabalha com grande nível de interdependência entre segmentos, eles são um dos principais

“Precisamos ter
menos ideologia e
mais pragmatismo
para ver as coisas que
funcionam”

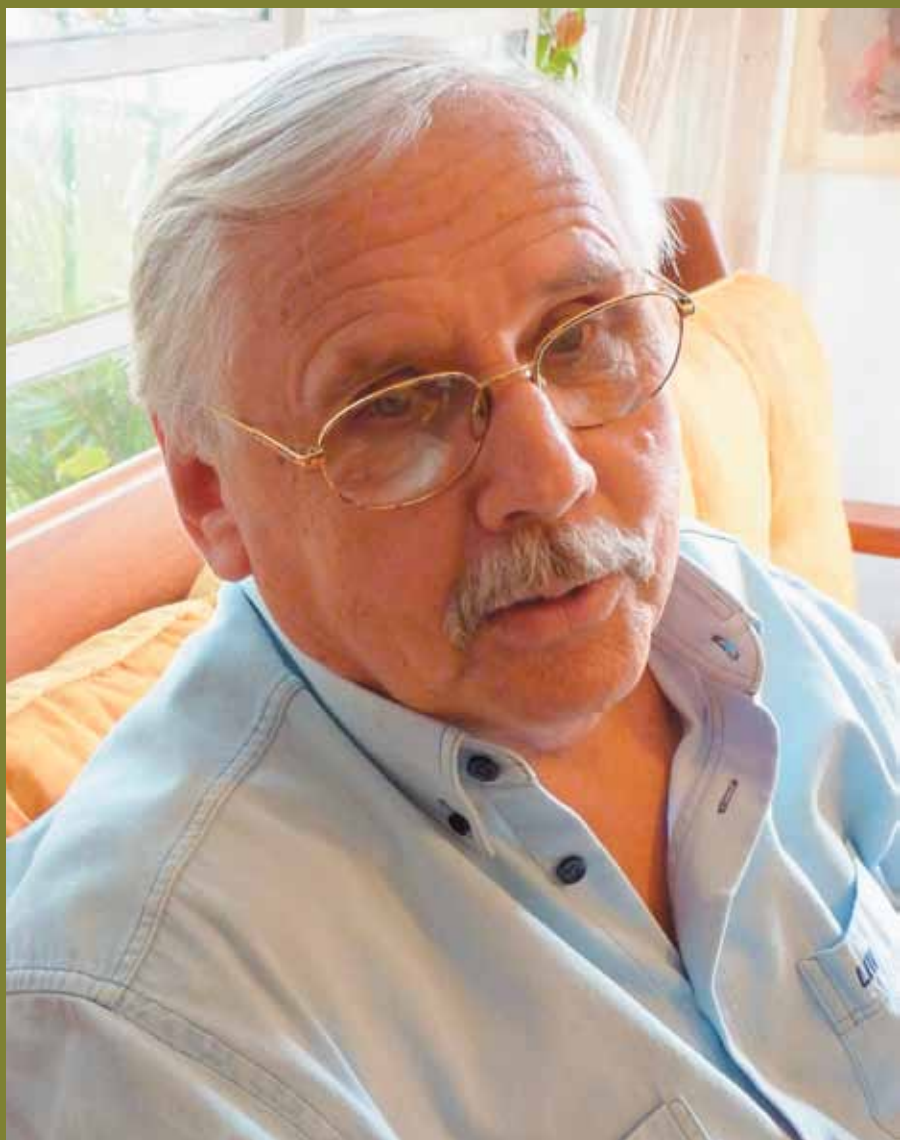
reguladores da economia moderna e as pessoas não percebem, porque jogam tudo num saco de gatos chamado mercado. Temos sistemas comunitários participativos com uma imensa importância, porque as áreas chamadas sociais representam hoje em muitos países 40% das atividades econômicas. A totalidade do emprego industrial nos Estados Unidos não chega a 10%. Houve a era em que a agricultura era central, depois a indústria, depois passamos a falar em serviços. Nessa área, o grande calombo são as políticas sociais.

IP – Qual a dificuldade?

LD – As pessoas não se dão conta de que houve um deslocamento profundo da composição intersetorial das atividades. O maior setor econômico dos Estados Unidos hoje, com 17% do PIB, não é indústria bélica nem automobilística, é saúde. Lá, acrescente-se a isso educação, segurança local e cultura e você vai para mais de 40% do PIB. Neste plano, o grande empregador são as áreas sociais. Em uma sociedade do conhecimento isso se reforça. Hoje você compra um produto e a matéria-prima e o trabalho físico incorporado podem representar até 25% do valor e os outros 75% são tecnologia, pesquisa e design. Quando se evolui para esse tipo de economia, investir na pessoa é muito mais importante do que na máquina.

IP – Este foco na pessoa reforçaria a importância dos sistemas comunitários?

LD – Esses sistemas funcionam bem de maneira descentralizada e participativa. É diferente da economia física, em que você produz sapatos, põe num contêiner e despacha. Eu não despacho nem saúde, nem educação por contêiner. São outras relações de produção que presidem outro setor econômico. Se olharmos onde estão as ONGs, elas são mais produtivas



que o setor privado.

IP – Por que elas são mais eficientes?

LD – Veja a Pastoral da Criança. Nas áreas onde trabalha, consegue 50% de redução da mortalidade infantil e 80% de redução da hospitalização, com R\$ 1,70 por criança/mês. Você não tem plano de saúde que te ofereça uma coisa dessas. Os Estados Unidos gastam US\$ 7.500 por pessoa/ano em saúde e, nesse quesito, estão muito atrás de dezenas de países. Você vai para o Canadá e, com menos da metade, US\$ 2.700 por pessoa/ano, tem nível de saúde incomparavelmente superior.

IP – O trabalho da Pastoral é feito fundamentalmente com voluntários. É factível pensar nisso como um modelo para a sociedade?

LD – Estou trabalhando com cinco subsistemas de regulação que fazem a sociedade moderna funcionar, pois ela não

“O nível local é onde as informações se transformam em iniciativas de apropriação da transformação”

pode se apoiar só em mercado, ou só em planejamento, ou só em ONGs. Constatamos que, quando se trata de produção de sapatos, o que funciona é mercado; quando se trata de grandes infraestruturas de transporte, é planejamento; a concertação comunitária ou os sistemas participativos descentralizados funcionam em particular nas áreas de políticas sociais; a concertação internacional está se tornando vital no conjunto do que chamamos economia globalizada. Temos vários setores que exigem diferentes subsistemas. A esse conjunto chamo de articulação de mecanismos de regulação. A opção mais inteligente para um país hoje é saber o que regular e de que maneira. Querer fazer saúde com mecanismos de mercado, gera a indústria da doença, e se quiser centralizar a saúde só com o Estado pode haver burocracias inoperantes.

IP – O que seria um fator primordial para um sistema participativo funcionar, já que, no Brasil, esse engajamento do cidadão em questões coletivas não é tão disseminado?

LD – Há um elemento cultural importante que é o fato de o Brasil ser um país de urbanização extremamente recente, com forte processo de expulsão do mundo rural. A vida no campo é diferente, porque se resolve tudo individualmente. A água é no poço e a comida é da horta. Na cidade passamos para sistemas que são muito interdependentes. Ainda somos uma sociedade de transição para o urbano. Os países europeus têm mais de meio século de dianteira. Eles descobriram a cidade como unidade de gestão de recursos e nessa unidade avolumou-se muito rapidamente a atividade que chamamos de consumo coletivo. Precisa ter a água que chega, o esgoto que sai, rede escolar, eletricidade. Esses países de urbanização antiga hoje têm uma presença do setor público muito mais elevada que no Brasil. Veja a Suécia. Os impostos lá representam 66% do PIB. Desse total, 72% são gastos em nível local pelas próprias cidades, porque apesar de existir a globalização, o médico

da família é local, o hortifrutigranjeiro, a escola, o essencial do cotidiano é local. Então há a formação de uma cultura de civilidade urbana poderosa. As pessoas sentem: “esta é minha cidade”. Aqui essa sensação de pertencer ao lugar é limitada. E isso é dramaticamente agravado pelo pecado original do Brasil, seu principal problema, que é a desigualdade. Nela é difícil pertencer e dizer “minha cidade”.

IP – Como criar essa sensação de pertencimento?

LD – O primeiro ponto são as situações críticas, de gente que não tem acesso a alimentação suficiente, medicamento ou ao mínimo de apoio de saúde. Por isso o Bolsa Família é tão importante. Como diz o Patrus Ananias (ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), ninguém aprende a pescar de barriga vazia. Em segundo plano, temos a inclusão produtiva. No Brasil são feitos grandes investimentos, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o sistema de microcrédito do banco do Nordeste, o desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil, o PIAR (Plano Integrado de Ação Regional) da Caixa Econômica Federal e o Território da Cidadania. Na última conta que fiz, havia 149 programas federais desses aqui. Isto para nós é imenso, mas teria que ser ainda maior, mas não é por falta de dinheiro que não cresce. O recurso escasso aqui é capacidade organizacional.

IP – Por que falta essa capacidade?

LD – Voltamos ao mesmo ponto que já abordamos: política integrada de desenvolvimento não se manda por contêiner. Mesmo com dinheiro, o trabalho de articular pessoas que estão acostumadas a só levar na cabeça e, portanto, têm cinco séculos de desconfiança acumulados, significa encontrar um meio termo entre empurrar projetos - que não funcionam porque as pessoas não se apropriaram deles - e ficar esperando que espontaneamente surjam as coisas. Como criar mecanismos de fomento que gerem apropriação pelas pessoas?

IP – Há algum modelo que sirva para o Brasil?

LD – Não há catecismo com regras claras. Em Bangladesh funciona de uma maneira, aqui vai ser de outra. Isso leva diretamente ao conceito de desenvolvimento local, que é um dos meus eixos de trabalho. Considerando que o recurso escasso não é dinheiro, é gestão, e que a gestão burocrática vinda de cima é uma coisa complicada, é vital ter na base da sociedade uma unidade que seja suficientemente pequena para poder administrar de maneira inteligente os seus recursos. ■